

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

1

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.
	<b>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
<b>Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</b>	<b>Art. 1º</b> A <a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações: <a href="#">(Vigência)</a>
<b>Art. 7º</b> Contribuir <b>ão</b> sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de <b>2% (dois por cento)</b> :	<b>“Art. 7º Poderão</b> contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos <a href="#">incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991</a> , à alíquota de <b>4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento)</b> :
.....	.....“ (NR)
<b>Art. 8º</b> Contribuir <b>ão</b> sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de <b>1% (um por cento)</b> , em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.	<b>“Art. 8º Poderão</b> contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de <b>2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento)</b> , em substituição às contribuições previstas nos <a href="#">incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991</a> , as empresas que fabricam os produtos classificados na <a href="#">Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011</a> , nos códigos referidos no Anexo I.
.....	.....“ (NR)
<b>Art. 9º</b> Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:	<b>“Art. 9º</b> .....
..... § 12. As contribuições referidas no caput do art. 7º e no caput do art. 8º podem ser apuradas utilizando-se os mesmos critérios adotados na legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para o reconhecimento no tempo de receitas e para o diferimento do pagamento dessas contribuições	.....
	§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irrevogável para todo o ano-



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

2

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
	calendário.
	§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a junho de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano.
	§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas no art. 7º e no art. 8º, valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.
	§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do caput do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento.” (NR)
	<b>Art. 2º</b> A contribuição de que trata o <u>caput do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011</u> , permanecerá com a alíquota de dois por cento até o encerramento das obras referidas:
	I - no <u>inciso II do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011</u> ;
	II - no <u>inciso III do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011</u> , nos casos em que houve opção pelo recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta; e
	III - no <u>inciso IV do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011</u> , matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI até o dia anterior à data da vigência do art. 1º desta Medida Provisória.
<b>Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011</b>	<b>Art. 3º</b> A <u>Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações: <u>(Vigência)</u>
<b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá exigir a aplicação do disposto no <u>art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> , aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo <u>Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006</u> , não mencionadas no <u>art. 58-A da Lei referida neste artigo</u> .	<b>“Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá exigir a aplicação do disposto no <u>art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</u> , aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo <u>Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011</u> , não mencionadas no <u>art. 14 da Lei nº 13.097, de 2015</u> .” (NR)
<b>Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014</b>	<b>Art. 4º</b> A <u>Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

3

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
	(Vigência)
<b>Art.13.</b> Fica instituída taxa pela utilização:	<b>“Art.13.</b> .....
.....	.....
II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.
.....	.....
§ 2º .....	§ 2º .....
.....	.....
IV - R\$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	IV - R\$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 35 da Lei nº 13.097, de 2015.
.....	.....
§ 4º A taxa deverá ser recolhida mensalmente pelos contribuintes a ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente em relação aos selos de controle fornecidos ou aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior.	§ 4º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes a ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais: I - previamente ao recebimento dos selos de controle pela pessoa jurídica obrigada à sua utilização; ou II - mensalmente, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, em relação aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior.
§ 5º O produto da arrecadação da taxa será destinado à Casa da Moeda do Brasil, considerando a competência atribuída pelo art. 2º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, e pelo § 2º do art. 28 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.	.....
	§ 6º O fornecimento do selo de controle à pessoa jurídica obrigada à sua utilização fica condicionado à comprovação do recolhimento de que trata o inciso I do § 4º, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas na legislação vigente.
§ 6º O não recolhimento dos valores devidos da taxa por 3 (três) meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de 12 (doze) meses, implica:	§ 7º A não realização do recolhimento de que trata o inciso II do § 4º por três meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de doze meses, implica interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o art. 30 da Lei nº 11.488, de 2007.
I - suspensão do fornecimento dos selos de controle ao contribuinte devedor;	
II - interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o art. 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.	



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

4

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo.	§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo.” (NR)
<b>Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</b>	<b>Art. 5º</b> A <u>Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 4º</b> Fica concedida, na forma estabelecida em regulamento, isenção do pagamento de tributos federais incidentes nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos, tais como:	“ <b>Art. 4º</b> .....
.....	.....
§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis <b>de que trata o art. 4º</b> cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).	§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:
	<b>I</b> - cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); <b>ou</b>
	<b>II</b> - em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do <b>caput</b> do art. 6º.
§ 5º (VETADO).	.....
	§ 6º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deverão ser transferidos aos donatários até 31 de dezembro de 2017.
	§ 7º Até a data prevista no § 6º, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do <b>caput</b> do art. 6º.
	§ 8º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:
	<b>I</b> - o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e
	<b>II</b> - a comprovação de inexistência de similar nacional.
	§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.” (NR)
<b>Art. 5º</b> A isenção de que trata o art. 4º não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.	“ <b>Art. 5º</b> A isenção de que trata o art. 4º, <b>ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º</b> , não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

5

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
	importação.
§ 1º O Regime de que trata o caput é aplicável, entre outros, aos seguintes bens duráveis:	§ 1º O Regime de que trata o caput pode ser utilizado pelos entes referidos no § 2º do art. 4º, alcançando, entre outros, os seguintes bens duráveis:
.....	.....
III - equipamento médico; e	III - equipamento médico;
IV - equipamento técnico de escritório.	IV - equipamento técnico de escritório; e
	V - embarcações destinadas a hospedagem de pessoas que atuarão na organização e execução dos Eventos.
.....	.....“ (NR)
<b>Art. 12.</b> Ficam isentos do pagamento do IPI, na forma estabelecida em regulamento, os produtos nacionais adquiridos pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos Eventos.	“ <b>Art. 12.</b> .....
.....	.....
§ 3º A isenção prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.	
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o caput a expressão: “Saída com isenção do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.” (NR)
<b>Art. 13.</b> Fica suspenso o pagamento do IPI incidente sobre os bens duráveis adquiridos diretamente de estabelecimento industrial, para utilização nos Eventos, pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.	“ <b>Art. 13.</b> .....
.....	.....
§ 3º A suspensão prevista neste artigo será aplicada, também, nos casos de doação e dação em pagamento, e de qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante o fornecimento de bens ou prestação de serviços.	
	§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o caput a expressão: “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.” (NR)
<b>Art. 14.</b> As vendas de mercadorias e a prestação de serviços ocorridas no mercado interno para as	“ <b>Art. 14.</b> .....



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

6

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
<p>peças jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º destinadas exclusivamente à organização ou à realização dos Eventos serão efetuadas com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.</p>	
.....	.....
<p>§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo das mercadorias ou serviços, <b>de que trata o caput,</b> nas finalidades previstas <b>nesta Lei.</b></p>	<p><b>§ 2º</b> A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas <b>no caput das mercadorias ou serviços adquiridos, locados ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.</b></p>
<p>§ 3º Ficam as pessoas <b>jurídicas</b> mencionadas no § 2º do art. 4º obrigadas <b>solidariamente</b> a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa <b>de mora,</b> na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição, caso não utilizem <b>ou consumam</b> as mercadorias <b>ou</b> serviços <b>de que trata o caput com as</b> finalidades previstas nesta Lei.</p>	<p><b>§ 3º</b> Ficam as pessoas mencionadas no <b>caput</b> obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição <b>ou contratação,</b> caso não utilizem as mercadorias, serviços <b>e direitos nas</b> finalidades previstas nesta Lei.</p>
<p>§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.</p>	<p><b>§ 4º</b> A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, <b>locados ou arrendados, serviços contratados, e direitos recebidos em cessão</b> diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.</p>
.....	.....
<p>§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá <b>relacionar os bens passíveis de</b> aplicação dos benefícios previstos neste artigo.</p>	<p><b>§ 7º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá <b>limitar a</b> aplicação dos benefícios previstos neste artigo <b>em relação a determinados bens, serviços ou direitos.</b></p>
	<p>§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (<b>leasing</b>) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no <b>caput</b> para utilização exclusiva na organização ou na realização dos Eventos.</p>
	<p>§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão: “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.” (NR)</p>
<p><b>Art. 15.</b> A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.</p>	<p><b>“Art. 15.</b> Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 8º a 10, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de <b>atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos</b> serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º</p>



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

7

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
	quando domiciliadas no Brasil, na forma do <a href="#">art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</a> , e do <a href="#">art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a> .” (NR)
.....	
<b>Art. 18.</b> Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País.	“ <b>Art. 18.</b> Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil ( <b>leasing</b> ) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.
	.....” (NR)
	<b>Art. 6º</b> A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Medida Provisória.
	<b>Art. 7º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor:
	I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto ao <a href="#">art. 1º</a> ;
	II - a partir de 1º de maio de 2015, quanto aos <a href="#">arts. 3º e 4º</a> ; e
	III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.
<b>Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</b>	<b>Art. 8º</b> Ficam revogados a partir de 1º de maio de 2015, <a href="#">os arts. 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> .
<b>Art. 52.</b> Fica instituído Regime Aduaneiro Especial de Importação de embalagens referidas na <a href="#">alínea b do inciso II do caput do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a> , que permite a apuração da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação utilizando-se as alíquotas previstas:	
I - na <a href="#">alínea b do inciso II do caput do art. 51 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a> , no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de água e refrigerante;	
II - nos <a href="#">incisos I e II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004</a> , no caso de importação de embalagens destinadas ao envasamento de outros produtos.	
Parágrafo único. O Poder Executivo disciplinará, em regulamento, as condições necessárias para a habilitação ao regime de que trata o caput deste artigo.	
<b>Art. 53.</b> Somente poderá habilitar-se ao regime de que trata o art. 52 desta Lei a pessoa jurídica comercial que importe as embalagens nele referidas para revendê-las diretamente a pessoa jurídica industrial.	
Parágrafo único. A pessoa jurídica industrial será	

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 669, de 2015

8

Legislação	Medida Provisória nº 669, de 2015
responsável solidária com a pessoa jurídica comercial importadora com relação ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.	
<b>Art. 54.</b> Se no registro da Declaração de Importação - DI a pessoa jurídica comercial importadora, habilitada ao regime de que trata o art. 52 desta Lei, desconhecer a destinação das embalagens, o recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação será realizado por estimativa tendo por base as vendas dos últimos 3 (três) meses.	
§ 1º Ocorrendo recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, em função da destinação dada às embalagens após sua importação, a diferença, no período de apuração em que se verificar, será recolhida ao Tesouro Nacional com o acréscimo de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados desde a data do registro da Declaração de Importação - DI.	
§ 2º Se, durante o período de 12 (doze) meses anteriores ao mês de importação, em função da estimativa, por 4 (quatro) meses de apuração consecutivos ou 6 (seis) alternados, ocorrer em cada mês recolhimento a menor da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação superior a 20% (vinte por cento) do valor devido, a pessoa jurídica comercial importadora será excluída do regime.	